

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Eliza Ribas Gracino
E-mail: ergracino@hotmail.com
Instituição: Pesquisadora independente, Brasil

Submetido: 14/04/2021

Aprovado: 01/09/2021

Publicado: 06/12/2021

 10.20396/rho.v21i00.8665300

e-Location: e021049

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

GRACINO, E. R. et al. A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-21, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8665300.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665300>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio





A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: A DUALIDADE DO ENSINO E A DIFERENÇA DAS CLASSES SOCIAIS

  **Eliza Ribas Gracino***

Pesquisadora independente

  **Rosiane Machado da Silva****

Universidade Estadual de Ponta Grossa

  **Joana D Arc Vaz*****

Universidade Estadual do Paraná

  **Sandra do Rocio Ferreira Leal******

Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

Este artigo busca responder a questões referentes aos impactos do “ensino remoto” em uma escola pública de educação básica na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. Utiliza-se da análise documental nos repositórios da instituição de ensino, levantando, a partir desses documentos, as principais dificuldades dessa nova modalidade de ensino para a educação básica decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19. Para alcançar o objetivo traçado referente à análise das contradições existentes na proposta do “ensino remoto”, discorre-se sobre questões relacionadas às políticas educacionais aplicadas às escolas para a validação do ano letivo no modelo remoto. Foram tratados alguns dos muitos desafios impostos aos docentes e à comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagens remoto. Conclui-se que há um descompasso entre as propostas e a realidade emergente da escola para as classes populares em relação às elites sociais que, historicamente, se beneficiam dos serviços prestados pelo Estado, movidas pelos ideais capitalistas, consolidando o ensino dual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino remoto. Políticas educacionais. Pandemia.

THE PANDEMY AND THE EDUCATION AT PUBLIC SCHOOL: THE DUALITY OF EDUCATION AND THE DIFFERENCE OF SOCIAL CLASSES

Abstract

This article seeks to answer questions regarding the impacts of “remote teaching” in a public school of basic education, in the city of Ponta Grossa, in the State of Paraná. The methodology used excelled in the documentary analysis of the repositories of the educational institution, surveying, from these documents, the main difficulties of this new teaching modality for basic education, resulting from the pandemic caused by COVID-19. In order to achieve the outlined objective regarding the analysis of the existing contradictions in the “remote teaching” proposal, issues related to educational policies applied to schools for the validation of the school year in the remote model were discussed. Still, it was about some of the many challenges imposed on teachers and the school community in the process of teaching and remote learning. It was concluded that there is a mismatch between the proposals and the emerging reality of the school for the popular classes in relation to the social elites that, historically, benefit from the services provided by the State, driven by capitalist ideals, thus, consolidating dual education.

Keywords: Education. Remote teaching. Educational policies. Pandemic.

PANDEMIA Y EDUCACIÓN EN LA ESCUELA PÚBLICA: LA DUALIDAD DE LA EDUCACIÓN Y LA DIFERENCIA DE LAS CLASES SOCIALES

Resumen

Este artículo busca responder preguntas sobre los impactos de la “educación remota”, en una escuela pública de educación básica, en la ciudad de Ponta Grossa, en el Estado de Paraná. La metodología empleada se destacó en el análisis documental de los repositorios de la institución educativa, planteando, a partir de estos documentos, las principales dificultades de esta nueva modalidad de enseñanza para la educación básica, resultante de la pandemia provocada por el COVID-19. Con el fin de lograr el objetivo planteado en cuanto al análisis de las contradicciones existentes en la propuesta de “enseñanza a distancia”, se discutieron temas relacionados con las políticas educativas aplicadas a las escuelas para la validación del año escolar en el modelo remoto. Aún, se abordó algunos de los muchos desafíos impuestos a los maestros y la comunidad escolar en el proceso de enseñanza y aprendizaje a distancia. Se concluye, así, que existe un desajuste entre las propuestas y la realidad emergente de la escuela para las clases populares en relación a las élites sociales que, históricamente, se benefician de los servicios ofertados por el Estado, impulsado por ideales capitalistas, consolidando, así, la educación dual.

Palabras clave: Educación. Enseñanza remota. Políticas educativas. Pandemia.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste estudo, tratamos dos impactos educacionais do “ensino remoto”. O interesse pela temática surgiu, a partir das necessidades emergentes no Brasil, derivadas da profunda crise sanitária mundial que assola o país desde o mês de fevereiro do ano de 2020, com a pandemia do Covid-19, causada pelo vírus SARS-COV-2, denominado de novo coronavírus.

A investigação de caráter documental foi realizada na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental (faixa etária de 03 a 10 anos) Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha. Trata-se de uma instituição escolar pública, mantida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na cidade paranaense de Ponta Grossa, tendo como fontes o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Interno da Escola, o Projeto de Validação do ensino remoto 2020, bem como Atas e Fichas do Conselho de Avaliação de 2020.

A revisão sistemática da literatura apontou para reincidências de comportamentos e ações em momentos pandêmicos, especialmente no que diz respeito à negligência sanitária no tratamento das classes populares. Na compreensão de Fontes (2010, p. 4), a intensificação das expropriações que atingem a classe trabalhadora é provocada pela própria expansão social do capital que transforma a vida social dos trabalhadores e toda a sua existência humana em “[...] mera condição para a reprodução do capital.” A educação, nesse sentido, assume o papel importante de aprofundar a expropriação em massa das classes trabalhadoras no Brasil, sobretudo neste momento em que o país enfrenta uma das maiores crises sanitárias da sua história.

A partir da dialética marxiana, buscamos apresentar estruturalmente um fenômeno singular e seus traços universais, procurando desvendar sua essência concreta. Ao analisarmos as contradições existentes na proposta do “ensino” remoto, consideraremos o contexto histórico no qual está inserida a temática em questão, ou seja, um estágio do desenvolvimento do capitalismo em uma nova fase do imperialismo hegemônico global. (MÉSZÁROS, 2003).

Para facilitar a análise, estruturamos o texto em três tópicos. No primeiro, abordamos a pandemia, tentando compreender em que esta se aproxima ou se distancia da gripe espanhola que assolou nosso país em 1918. No segundo momento, destacamos o chão da escola e as consequências trazidas pela pandemia e por conseguinte o “ensino” remoto ao ensino e à aprendizagem. Por fim, enfocamos questões pertinentes à educação e ensino no modelo de sociedade capitalista neoliberal, procurando demonstrar ser o “ensino remoto” mais uma faceta para o ensino neste modelo de sociedade, refletindo sobre a importância de se pensar no desenvolvimento de um modelo de educação escolar que permita à classe trabalhadora acesso, permanência e qualidade.

REVISITANDO O PASSADO PANDÊMICO: SUPERAÇÃO OU REINCIDÊNCIAS?

Frequentemente, ouvimos a comparação da atual pandemia do Covid-19 que assola o mundo à pandemia de 1918, denominada como Gripe Espanhola. Essa comparação fez com que houvesse o interesse em buscarmos na historiografia os distanciamentos e as proximidades desses dois momentos distintos para percebermos se de fato estamos caminhando para esse prolongamento. De acordo com Hobsbawn (1995, p. 562) “O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. [...] Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente.”

Para que possamos compreender como o futuro revisita o passado na situação pandêmica de 2020, faremos uma breve explanação a respeito da gripe espanhola.

De acordo com os estudiosos Beveridge (1977) e Farias (2008), a Gripe, de origem controversa¹, atingiu dimensões catastróficas, sendo o número de mortes superior aos ocasionados pela Primeira Guerra Mundial. Essa pandemia se constituiu de três ondas, cujo período mais letal foi entre agosto de 1918 e fevereiro de 1919.

A Gripe que se propagou por todo o mundo, ao chegar ao Brasil, o encontra despreparado para tal calamidade, sem conhecimento científico e técnico para controlá-la, demonstrando “[...] as reais dimensões da precariedade da defesa sanitária em que se encontrava o país.” (ABRÃO, 1998, p. 36).

Desta feita, figuras anônimas e públicas foram vitimadas pela doença, dentre elas o Presidente da República Rodrigues Alves, que não resistiu, falecendo em 16 de janeiro de 1919. Muito embora os registros da época afirmarem que a enfermidade acometeu todas as classes sociais², contagiou com mais impacto a classe popular devido a sua vulnerabilidade. (BERTOLLI FILHO, 2003; FRADA, 2005; TELAROLLI JUNIOR, 2003).

Na obra “A Pandemia Esquecida da América”, Alfred W. Crosby apresentou sua pesquisa sobre a Gripe Espanhola nos Estados Unidos e no mundo, chamando a atenção para o silenciamento e esquecimento do tema, ignorando que dadas as proporções, deveria ter sido impressa na memória coletiva, fato este que ocorreu também em nosso país. (BERTOLLI FILHO, 2003; KOLATA, 2002).

As dificuldades vivenciadas pela nova organização científica, especialmente a médica, na transição do século XIX para o século XX, instalando-se o racionalismo triunfante e a vulgarização da ciência vividos no Brasil, podem ter contribuído nesse sentido. (FARIAS, 2008).

As transformações sociais, econômicas e políticas advindas dos grandes conflitos do século XX (duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria) também legaram impasses e dificuldades que se intensificaram. Há a necessidade de se valorizar a ciência calcada no conhecimento do mundo social e razão histórica, por meio da empiria, rompendo definitivamente com o senso comum, levando o sujeito a pensar e a agir sobre o mundo. A instituição escolar alcançou importante salto nesse mesmo período. (SAVIANI, 2010).

Adentramos o século XXI e 102 anos depois, problematizando nosso cenário diante

do Covid-19, encontramos singularidades e semelhanças. Da mesma maneira que a pandemia ocorrida há 102 anos, ao chegar ao nosso país, o novo coronavírus encontrou o mesmo despreparo e falta de conhecimento técnico para seu enfrentamento. Observamos que apesar de não escolher classe social, as camadas populares sofrem mais seus impactos.

Para Rosenberg (1992, p. 281-287, tradução nossa), as situações epidêmicas são fenômenos sociais com atos delimitados que passam por algumas etapas, a saber:

Primeiro ato: Revelação progressiva do problema com a comunidade aceitando a doença de forma devagar, por variadas razões, seja para evitar prejuízos econômicos, por descrença pura, ou medo das autoridades em desencadear uma situação de pânico súbita. Apenas quando há um número de mortos e doentes considerável a epidemia tem sua existência admitida. Segundo ato: Processo de aceitação da epidemia e a criação de uma base explicativa para se lidar com sua arbitrariedade que poderá ser religiosa e/ou científica dependendo da sociedade. Terceiro ato: impõe medidas de saúde pública, como isolamentos, quarentenas, desinfecções, interrupção do comércio, muitas vezes partindo de pressões sociais sobre o poder público. Essas medidas refletem inevitavelmente atitudes culturais, sendo os alvos maiores os pobres e demais indivíduos socialmente marginalizados. Quarto ato: abrandamento da epidemia até seu desaparecimento completo com uma posterior retrospectiva sobre os impactos que deixou naquela sociedade, quais “lições” ficaram. Para Rosenberg (1992, p. 287), nesta fase as epidemias são sempre uma ocasião para um julgamento moral retrospectivo não raro acompanhado de novas políticas sanitárias.

No que diz respeito à educação, não temos dados de 1918, mas observamos nos registros do Censo Escolar 2018, que no ano referido, houve 48,5 milhões de matrículas nas 181,939 mil escolas de educação básica brasileiras, sendo que as escolas públicas da rede municipal foram responsáveis por 60,6% das matrículas do país. Dessas matrículas, 88,7% encontram-se em área urbana. A rede pública de ensino conta ainda com alunos distribuídos em escolas da zona rural, 19,5% nas escolas municipais e 5,2% na rede estadual de ensino. Com relação ao corpo docente, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte desses educadores atua no ensino fundamental (62,9%), onde se encontram 1.400.716 docentes. (BRASIL, 2019).

Em agosto de 2020, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) – Undime/Consed publicaram no documento Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus: Perspectivas em Diálogo, que trata do resultado de estudos realizados em conjunto com outras instituições, cujo foco era produzir informações a respeito da conjuntura educacional brasileira, a partir de dados levantados junto às 27 secretarias estaduais (100% do universo) e a 3.978 secretarias municipais (71% do universo). De acordo com os estudos,

[...] já na semana de 24 de março, 20, das 21 secretarias estaduais de educação (78% do universo) haviam emitido normativas sobre o

fechamento das escolas por conta da pandemia. Na mesma condição encontravam-se 84% das 3.011 municipais que responderam à pesquisa, correspondentes a pouco mais da metade 55% dos 5.570 municípios do país. Dentre as 20 redes estaduais que responderam à pesquisa e haviam emitido normativas: 40% implementou a suspensão das aulas, 40% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 20% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. Quanto às 2.520 redes municipais participantes do estudo que haviam emitido normativas: 63% implementou a suspensão das aulas, 27% promoveu o adiantamento de férias/períodos de recesso. 8% havia disponibilizado atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária letiva. 1% apresentou outras situações. (UNDIME/CONSED, 2020, p. 12-13).

Os estudos mostram que, nas primeiras semanas, algumas escolas da rede privada já adentraram à modalidade de Ensino Remoto, aumentando o trabalho pedagógico. Com o ensino remoto veio a necessidade de dedicar mais tempo ao planejamento e preparação das aulas, utilizando estratégias educacionais diferenciadas para alcançar a aprendizagem dos alunos.

A principal ferramenta de comunicação entre os docentes e a família foi o aplicativo WhatsApp. Apesar do investimento no contato com os pais para apoio nas atividades escolares, nem todos conseguiram êxito com os pais ou com os alunos (51%). Segundo estudos da Fundação Lemann & Itaú Social, 96% dos pais relataram ter ao menos um aparelho celular em casa. (UNDIME/CONSED, 2020).

Dentre os desafios trazidos pelo “ensino remoto”, os professores relataram que em meados do mês de abril tinham dificuldades com a baixa conectividade ou ausência dela, falta de equipamentos, dificuldade para utilização das ferramentas digitais, tendo ainda que dedicar tempo às atividades domésticas e ao apoio aos filhos nas tarefas escolares. As pesquisas também relatam que os familiares dos estudantes sentem as mesmas dificuldades no que diz respeito ao uso das tecnologias, acrescidas da dificuldade em estabelecer uma rotina para a execução das atividades e também no tocante à motivação, dificultando a aprendizagem. Podemos observar que ao mesmo tempo que a pandemia trouxe o estreitamento de laços entre a família e a escola, também intensificou e demonstrou as desigualdades existentes na sociedade brasileira. (UNDIME/CONSED, 2020).

Na obra *História das Ideias Pedagógicas*, o professor Saviani (2010) pondera que sempre houve um descompasso entre o ideário docente e a realidade. Entretanto, ao traçar o panorama dessa realidade, o autor aponta que em meio aos conformismos, conflitos e resistências, o professor sempre adaptou-se às condições impostas pela realidade apresentada, mesmo quando vítima da “inclusão excludente”. Estamos novamente diante de uma mudança no que diz respeito às ideias e práticas pedagógicas. O contexto pandêmico fez com que emergissem novas necessidades para as quais não fomos preparados como sociedade e como docentes. Rapidamente, precisamos reinventar todo o processo educativo,

revidendo nossas metodologias, práticas pedagógicas, avaliações e nos alfabetizando em uma nova linguagem por muitos desconhecida, rompendo paradigmas.

Observamos, a partir das pesquisas realizadas, que vivemos muitos fenômenos similares à Pandemia da Gripe Espanhola. Para superar essas reincidências diante do nosso contexto, é preciso repensar a função social da escola, a formação docente e também perceber quais são seus reflexos no chão da escola, especialmente no contexto da educação pública, para que possamos ofertar aos filhos da classe trabalhadora uma escola de qualidade.

A PANDEMIA NO CHÃO DA ESCOLA: UMA TENTATIVA DE ADAPTAÇÃO AO "ENSINO REMOTO"

Com o avanço da pandemia no Estado do Paraná, assim como no Brasil e no mundo, em 2020, o ensino na modalidade presencial foi adaptado ao modelo remoto. As escolas e seus profissionais foram desafiados a se reorganizarem mediante as orientações sanitárias e as deliberações a serem implementadas no âmbito escolar, em decorrência do quadro pandêmico que assola a humanidade.

Neste estudo, apresentamos as ações empreendidas no processo de validação³ por meio da análise de alguns documentos da escola, tais como: Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno de 2015⁴, Projeto de Validação do ensino remoto 2020 e Atas e Fichas do Conselho de Avaliação de 2020. A instituição escolar é pública, mantida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, denominada de Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha - CAIC/UEPG⁵. Nas dependências do CAIC, funciona a Escola Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha de Educação Infantil e Ensino Fundamental (faixa etária de 03 a 10 anos). A criação dessa escola-pesquisa, pensada pelos professores dos departamentos de Métodos e Técnicas de Ensino da UEPG, em 1990⁶, surgiu da necessidade de articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica com a realização de pesquisas, estágios curriculares, projetos de ensino e extensão, dentre outras práticas que aproximam os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação do cotidiano escolar.

A comunidade escolar atendida por essa escola pertence às classes populares. São os moradores do entorno da escola cuja renda familiar “[...] média mensal das famílias situa-se na faixa de 01 a 03 salários-mínimos, com 53% dos moradores contidos nessa faixa; 22% recebem 01 ou até um salário-mínimo e 25% declararam perceberem de 03 a 06 salários-mínimos.” (CAIC, 2015a, p. 17). Quanto à escolaridade da comunidade escolar:

[...] 36% dos pais não completaram o ensino fundamental, 14% têm o ensino fundamental, 29% têm o ensino médio completo 3% não tem escolaridade, 6% tem curso superior completo. Quanto as mães 30% têm o ensino fundamental incompleto, 17% o ensino fundamental completo, 30% têm o ensino médio completo e 8% o ensino médio incompleto, com curso superior 3%, e sem escolaridade 6%. (CAIC, 2015a, p. 17).

As considerações iniciais sobre o espaço da pesquisa em que a análise dos documentos foi realizada têm como objetivo aproximar o leitor de algumas características dessa instituição a fim de facilitar a compreensão e a análise realizada.

O “ensino remoto” foi a modalidade de ensino adotada no ano de 2020 após as autoridades sanitárias alertarem para o perigo de contágio do Covid-19, que poderia ocorrer com o ensino presencial. Na segunda quinzena do mês de março de 2020, as escolas estaduais do Paraná e municipais da cidade de Ponta Grossa, assim como a Universidade Estadual de Ponta Grossa, mantenedora da referida escola, optaram por essa modalidade de ensino. Em decorrência dessa opção, no final do ano letivo de 2020, todas as escolas da educação básica se submeteram a um processo de validação do ano letivo.

Os decretos orientadores de ações informadas às escolas em nível Estadual – decreto nº 4230/2020 (PARANÁ, 2020b), deliberação n.º 05/20-CEE/PR (PARANÁ, 2020a), e em nível Municipal - o decreto nº 17.077/2020 (PONTA GROSSA, 2020). Como a escola pesquisada tem como mantenedora a Universidade Estadual de Ponta Grossa, orientou-se pelo decreto 16/03/2020, com a Portaria nº 343/2020, que preconizava a suspensão das aulas presenciais. A Resolução n.º 5.003/2020 (PARANÁ, 2020c) orientou as instituições de ensino sobre quais encaminhamentos eram necessários para compor o projeto de validação do ano letivo de 2020.

A Resolução n.º 5.003/2020 no artigo 5º orienta: Art. 5.º Acrescentar o art. 27-A à Resolução n.º 1.522 GS/SEED, de 2020, conforme a Deliberação n.º 09/2020, do Conselho Estadual de Educação, com a seguinte redação: Art. 27-A Para o cumprimento da Deliberação n.º 09/2020 CEE/PR, as instituições de ensino da Rede Municipal e da Rede Privada deverão: I no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do ano letivo de 2020, protocolar requerimento no respectivo Núcleo Regional de Educação, contendo os seguintes documentos: a) relatório final de fechamento do ano letivo devidamente assinado pelo diretor da instituição de ensino acompanhado da validação pelo Conselho Escolar ou equivalente; b) descrição das atividades não presenciais abordando a metodologia utilizada, com remissão à proposta pedagógica presencial autorizada; c) demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, incluindo softwares e hardwares, se for o caso, para o acesso dos estudantes e desenvolvimento das atividades; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE d) demonstração do sistema remoto de validação de frequência ou participação dos estudantes nas atividades realizadas; e) demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta por meio das atividades escolares não presenciais realizadas; f) data de início e término das atividades presenciais e não presenciais com as específicas cargas horárias. g) preenchimento dos Anexos I (Rede Municipal) e III (Rede Privada) da presente Resolução. (PARANÁ, 2020c, p. 1).

No documento Projeto de validação do ensino remoto 2020, foi descrito pelo gestor escolar como a escola se organizou para oferecer aos alunos o ensino remoto, abordando a metodologia e os recursos tecnológicos utilizados:

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, disponibilizamos aos responsáveis pela criança atividades impressas para que fossem retiradas nas salas de aulas, ou ainda no site do CAIC. Também organizamos horários, com plantão presencial dos professores e grupos de WhatsApp, a fim de atender os responsáveis em caso de dúvidas sobre as atividades remotas, correções, e outras necessidades relacionadas ao aluno (a) e sua família. (CAIC, 2020c, p. 3).

Esse processo de adaptação da escola à nova realidade, principalmente nas questões de encaminhamentos pedagógicos, não foi algo simples. Muitas dificuldades surgiram no início, principalmente o domínio das tecnologias amplamente utilizadas no ensino remoto.

Transcrevemos, na sequência, os depoimentos de alguns professores, registrados nas atas dos conselhos de avaliação realizados no ano letivo de 2020. Neste estudo, as falas dos professores dos documentos analisados estão escritas no formato itálico, respeitando o modo original da escrita e resguardando suas identidades.

Depoimento docente de estudantes - 07 anos

___ Não realizei nenhum vídeo- aula pois não possuo as ferramentas e nem a prática necessária para expor uma aula de boa qualidade aos alunos[...] participei mais de algumas atividades remotas que foram enviadas, dando sugestões de acordo com os objetivos propostos, sempre em parceria com meu colega de grupo [...]. (CAIC, 2020b, p. 01).

Depoimento docente de estudantes - 05 anos

___ Para organizar as atividades fomos trocando ideias com as colegas, de acordo com os objetivos dos respectivos bimestres. Foi bastante desafiador pensar o que poderia auxiliar na aprendizagem dos alunos mesmo estando em casa e pra mim ainda mais, pois não tinha domínio da parte tecnológica, o que de certa forma foi muito bom, pois gerou novos aprendizados. (CAIC, 2020b, p. 02).

Depoimento docente de estudantes - 04 anos

___ Quanto à organização das atividades remotas, minha maior dificuldade está sendo em alinhar tecnologia com as atividades pedagógicas. Mas estou aprendendo com os colegas. Procuro estar inteirada dos planejamentos dos grupos, os quais trabalham harmonicamente e com muita competência, um trabalho de equipe. (CAIC, 2020b, p. 03).

Nesses depoimentos, percebemos que os professores tiveram que adquirir conhecimentos e ferramentas que não estavam habituados, não dispendo de tempo para se apropriarem dos mesmos. A exigência da validação do ensino remoto foi informada às escolas pelas autoridades competentes, não oferecendo a oportunidade aos profissionais da educação das instituições discutirem outras estratégias e ou encaminhamentos para a validação do ensino remoto, de acordo com a sua realidade.

Infelizmente, as deliberações e mudanças ocorridas na educação não são pensadas por aqueles que as executam. A identidade e o sentido do trabalho docente, enquanto manifestação da produção humana, se distanciam de sua prática pedagógica. As estratégias de aproximação com o que lhe foi determinado para realizar não coincidem com a realidade vivida no contexto escolar. Nesse sentido, concordamos com os autores ao afirmarem que “O trabalho não faz parte de sua vida, é antes um sacrifício de sua vida”. (MARX; ENGELS, 2004, p. 27).

As condições de trabalho docente no ensino remoto com o teletrabalho apresentam dificuldades que vão além do despreparo com as ferramentas. A necessidade de equipamentos tecnológicos e internet compatíveis para o teletrabalho, como gravação de videoaulas, videochamadas e outras que o momento exige, também se configuram como entraves no ofício do docente.

No novo processo de produção, em que estão presentes as novas tecnologias e as novas ou mais flexíveis e eficientes formas de organização da produção, não há praticamente lugar para o trabalhador desqualificado, com dificuldades de aprendizagem permanentes, incapaz de assimilar novas tecnologias, tarefas e procedimentos de trabalho [...]. A desqualificação passou a significar exclusão do novo processo produtivo. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005, p. 10).

Além disso, é preciso garantir que o conteúdo organizado pelo professor seja adequado ao nível de aprendizagem dos estudantes.

Foi um desafio preparar aulas em um formato não presencial, inicialmente selecionamos os conteúdos mais importantes, levando em consideração o nível de dificuldade dos mesmos, de maneira que os alunos conseguissem realizar todas as atividades. (CAIC, 2020b, p. 02).

A preocupação docente em propiciar um ensino de qualidade aos estudantes representa seu compromisso ético e político da superação da alienação do ser humano por meio da educação, entendida como uma importante ferramenta para o estudante compreender a realidade que o cerca a fim de transformá-la. Esse posicionamento, no relato acima, está em sintonia com o projeto educativo da escola.

A educação, neste contexto, é chamada a formar um homem capaz de atuar neste mundo em transformação como sujeito histórico competente, organizado, crítico e criativo. Cabe à escola organizar o seu trabalho educativo visando a construção do conhecimento, de forma que o indivíduo seja capaz de adaptar-se às mudanças, de saber pensar, resolver situações problemas, de tornar-se autônomo e participativo. (CAIC, 2015b, p. 31).

A preocupação com a qualidade do ensino, aumentou significativamente o tempo de preparação das aulas no ensino remoto. Esse novo modelo de comunicação com os estudantes modificou a rotina e horário de trabalho do professor que se esforça para atender em horários diferenciados os pais e ou responsáveis pelos alunos que os procuram, para além

do seu horário de trabalho, a fim de explicar os conteúdos e sanar as dúvidas. Mesmo com os esforços empreendidos: “[...] ainda percebemos que as famílias não estão apoiando muito esse ensino a distância. E reclamam que os filhos não têm interesse nas atividades.” (CAIC, 2020b, p. 01).

Essas situações diferenciadas e desafiadoras que esse novo modelo revelou vêm resultando em desgaste físico e emocional dos docentes, gerando ansiedade frente às frustrações encontradas no seu cotidiano de trabalho. Isso pode ser percebido nos relatos extraídos das Fichas de Conselho de Avaliação 1º semestre de 2020, professores de turmas de 04 e 05 anos:

Relato 01:

___ *A pandemia do coronavírus isolou todos nós, fechou o comércio e as escolas. O que vemos agora quando chegamos no nosso querido CAIC é somente o silêncio.* (CAIC, 2020b, p. 50).

Relato 02:

___ *No princípio houve certa dificuldade, mais por estarmos ansiosas e querendo fazer tudo certinho, até mesmo por ser um trabalho atípico.* (CAIC, 2020b, p. 50).

Relato 03:

___ *Não foi um ano fácil, mas trabalhamos muito mais em equipe, ficamos mais motivados e comprometidos, afinal dependemos muito uns dos outros, agradeço por termos juntos superamos dificuldades e não foram poucas.* (CAIC, 2020b, p. 51).

Relato 04:

___ *Iniciamos o ano letivo de 2020 de acordo com o esperado, ainda estávamos em processo de adaptação e inserção das rotinas no mês de março quando fomos surpreendidos com a suspensão das aulas devido à pandemia do Coronavírus. A partir daí passamos a viver de incertezas e novas adaptações pelas quais jamais imaginei passar.* (CAIC, 2020b, p. 53).

Os motivos dessas desestruturas emocionais estão relacionados às responsabilidades que lhes foram atribuídas e às dificuldades deles em responder, satisfatoriamente, às exigências impostas pelo sistema. É preciso que os gestores públicos estejam atentos ao que está ocorrendo no chão da escola.

[...] o adoecimento docente precisa ser enxergado a partir de uma análise a respeito do movimento histórico dos aspectos materiais e sociais que contribuem para a constituição do ser humano (professor), com proposições de compreensão de como estes afetam a reprodução, a manutenção e a produção da vida humana. (URT *et al.*, 2020, p. 262).

A educação que se quer, incluindo seus profissionais, requer uma avaliação sobre os motivos desse adoecimento que antecedeu a pandemia. Cabe ainda considerar que “[...] o

adoecimento docente também deve conduzir à reflexão a respeito da tendência neoliberal das relações sociais, que tem negado os pressupostos histórico-dialéticos.” (URT *et al.*, 2020, p. 262).

O negacionismo dos velhos problemas escolares agravados com a pandemia não modifica as estratégias utilizadas pelos gestores públicos ao atribuírem às escolas e seus profissionais a responsabilidade de salvar o ensino e garantir a aprendizagem dos alunos. Para Saviani (2011, p. 28), atribuir “[...] o que atinge as crianças das camadas trabalhadoras para os professores, escamoteando o fato de que eles também são vítimas de uma situação social injusta e opressora.”

Trazemos como exemplo o processo de validação do ensino remoto e as exigências decorrentes dele, sem ao menos considerar as diferenças das realidades escolares e as condições materiais do trabalho docente. Isso revela o desconhecimento do cotidiano escolar pelos responsáveis, principalmente, as instituições públicas frequentadas em sua maioria pelos filhos dos trabalhadores.

Enquanto os filhos da classe dominante desfrutam das tecnologias de ponta e mídias interativas para assistir às aulas, os filhos da classe trabalhadora disputam a posse de um único equipamento utilizado por todos os membros daquela família. A diferença de classes e o dualismo educacional também são uma pandemia que vem infectando há séculos a vida e a educação brasileira.

"ENSINO REMOTO": UMA PROPOSTA NEOLIBERAL?

Mesmo diante da distinção entre as práticas políticas e educacionais, o projeto de sociedade implantado pelo modo de produção capitalista legou a estas uma simbiose, sendo que em cada momento histórico, esse projeto corresponde “[...] ao referencial normativo global de uma política.” (AZEVEDO, 2001, p. 60). Dessa feita, a educação necessita de “condições objetivas” criadas pela (s) política (s). (SAVIANI, 1986, p. 89).

Diante das contradições da sociedade implantada no modo de produção capitalista, cuja principal marca é a contradição, as políticas sociais simbolizam as forças antagônicas da luta de classes. Cabe esclarecer que os modos de produção pertencem à classe dominante e que por esse motivo há exploração dessa classe sobre a classe trabalhadora. Assim sendo, as políticas nada mais são do que uma maneira de subjugar a força de trabalho da classe dominada. (FALEIROS, 2004, p. 80). Olhando por esse viés, ou seja, para a contradição e exploração capitalista, fica claro que embora o discurso seja o da melhoria da qualidade de ensino, não há interesse da classe dominante em investir em uma educação que permita a equidade a esse objetivo. Por esse motivo, apesar de garantir o acesso das camadas populares à educação, isso não significa direito à permanência e nem a um ensino de qualidade. (MARCHESI, 2002).

Dada a importância da educação escolar para a transformação social e superação da sociedade capitalista, devemos refletir sobre como a classe dominante se utiliza desta para implantar sua ideologia, tanto gerando quanto transmitindo e alimentando os valores para a perpetuação de seu domínio. (MÉSZÁROS, 2005).

Esclarecido isso, destacamos que o aprofundamento da crise sanitária se deu de forma muito agressiva devido à atuação do próprio governo de Jair Bolsonaro (2018-2021) em negar a gravidade da Covid-19 no Brasil. Assim entendemos que as ações tomadas tendem a se curvar às necessidades dos setores dominantes e não à vida da população brasileira. Essa postura vem se refletindo no inadequado enfrentamento da pandemia, pois desde de fevereiro de 2020, o governo não vem tomando as medidas preventivas e orientadas pela Organização Mundial da Saúde. De acordo com Galvão e Saviani (2021), o atual governo não só se coloca contrário às recomendações sanitárias e de tratamento à Covid-19 das autoridades mundiais de saúde, como age de maneira “omissa e irresponsável”, classificado como “genocida”, como nos aponta os autores:

O governo Bolsonaro não apenas foi omissa e irresponsável como pode ser classificado como genocida, pois nem mesmo aplicou os recursos aprovados pelo Congresso Nacional destinados ao combate ao novo coronavírus; desperdiçou mais de 1,5 milhão de reais de dinheiro público investindo na ampliação da produção de cloroquina pelo Laboratório Farmacêutico do Exército, sendo este medicamento sabidamente ineficaz ao tratamento da Covid 19; tratou a pandemia com pouco caso, desrespeitando normas sanitárias e minimizando a gravidade da doença; deixou a população à própria sorte para morrer nos hospitais; além de colocar o Brasil como líder mundial de enfermeiros e enfermeiras falecidos em decorrência do SARS-COV-2. (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 37).

Calil (2021, p. 2-4) faz uma indagação nessa direção: “[...] o governo Bolsonaro é mesmo o pior do mundo no combate à pandemia?” o autor, com base em uma pesquisa realizada pelo instituto australiano “Lowy Institute”, afirma que entre os 98 países avaliados na pesquisa publicada em janeiro de 2021, o Brasil ocupa a última posição no quesito de políticas públicas e de gestão para o enfrentamento ao novo coronavírus⁷. Isso comprova que o presidente disseminou uma “estratégia voltada à propagação do Covid-19”, contrária às recomendações médicas e sanitárias.

A pandemia ocasionou impactos sociais, econômicos, culturais e políticos na sociedade, em especial, às populações trabalhadoras que vão muito além de questões de ordem biomédica e epidemiológica, como nos advertem os pesquisadores do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021, p. 1):

A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. A estimativa de infectados

e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros. Além disso, a necessidade de ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica e prudência. Partindo-se da perspectiva teórica de que as enfermidades são fenômenos a um só tempo biológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos de negociação, disputas e produção de consensos, objetivo das atividades deste eixo envolve compreender e responder parcialmente aos desafios colocados pela pandemia, organizando uma rede de pesquisadores do campo das ciências sociais e humanidades visando a investigação, resposta e capacitação como estratégias para o enfrentamento do Covid-19 no Brasil.

Nesse centro de pesquisa – o Observatório – as temáticas relacionadas à Covid-19 são acompanhadas e analisadas oferecendo dados e abordagens que garantem a propagação de informações corretas e seguras à população em geral. De acordo com a Rede CoVida: Ciência, Informação e Solidariedade⁸, o Brasil apresentou em março de 2021 uma situação ascendente de pessoas contaminadas, conforme podemos observar: “[...] 12.002.778 casos confirmados; 10.509.457 casos recuperados; 294.244 óbitos confirmados e 5.668,22 casos por 100 mil habitantes.” (REDE COVIDA, 2021). Destes, buscamos verificar os dados relacionados à região Sul em seus três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo os seguintes dados, que são preocupantes, tendo em vista o crescimento dos casos de contágio:

Quadro 1 – Estados da Região Sul

Estados	Casos confirmados	Casos recuperados	Óbitos confirmados	Casos por 100mil hab.
Paraná	796.589	564.305	14.893	6.966,87
Santa Catarina	764.299	707.004	9.539	10.667,43
Rio Grande do Sul	791.219	736.605	16.869	6.954,4

Fonte: Rede CoVida (2021).

Conforme podemos observar no quadro acima, a respeito das infecções pelo vírus Sars Cov 2, no período do levantamento de dados para a pesquisa, os Estados do Sul do Brasil totalizaram 2352,107 casos confirmados, com 2007,314 destes recuperados e 41,301 infectados e que não resistiram, vindo a óbito. O Estado do Rio Grande do Sul foi o que

apresentou o maior número de óbitos. Dos 791.219 casos confirmados, 736.605 se recuperaram, contudo 16.869 chegaram a óbito. Já no Estado de Santa Catarina houve a confirmação de 764.299 casos, com a recuperação de 707.004 casos e com 9.539 óbitos, tendo o maior número de vítimas fatais. O Estado do Paraná, local em que se situa a escola, objeto desta pesquisa, registrou o maior número de casos, com 796.589 pacientes infectados com COVID 19, dos quais 564.305 se recuperaram, confirmando-se o total de 14.893 óbitos.

E é nesse contexto de aprofundamento e aumento de casos no Brasil que precisamos compreender o lugar da escola pública, da educação e dos professores, principalmente visando a um possível retorno às aulas presenciais, como preconizam os discursos ideologizantes dos governantes.

Importante ressaltarmos que a educação escolar, aqui com especial atenção à pública, teve que passar por um processo brutal de pensar e desenvolver essa educação sem a escola e mais, sem o ensino, pois a solução encontrada pelo Conselho Nacional de Educação, em consonância direta com outras organizações como o Todos pela Educação (TPE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), assim como representantes de organismos multilaterais, sobretudo do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi da adoção do “ensino remoto”. Contudo, “[...] se é remoto não é ensino [...]”, uma vez que este requer relações entre docente e estudante que vão para além das tecnologias. (EVANGELISTA; FLORES, 2021).

Na área da Educação, a pandemia agravou um quadro que vinha sendo operacionalizado no âmbito educacional no país. A medida tomada por meio das atividades remotas fortaleceu o projeto de implementação da Educação a Distância e o Ensino Híbrido no viés da privatização da educação brasileira, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, especialmente os cursos das Ciências Humanas e Sociais, como é o caso dos cursos de formação de professores. Ao mesmo tempo em que estamos vivenciando, em pleno século XXI, de forma escancarada, o projeto dos setores empresariais de privatização e sucateamento da educação e formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora, presenciamos, por outro lado, as funções atribuídas aos professores que intensificam a precarização do trabalho docente, o adoecimento do professor e a sua descaracterização.

No contexto de um ano de pandemia no Brasil, indagamos sobre o papel atribuído à escola, à educação e ao professor nesse marco histórico vinculado às questões econômicas, sob o viés da relação Capital-Trabalho: Por que a Educação compõe as estratégias ideológicas do capital para a expansão das relações sociais capitalistas no contexto da pandemia? Que interesses estão em disputa? Quais os desafios e implicações impostos pelo governo do Estado do Paraná à escola, à educação e aos professores?

Os elementos evidenciados na análise permitiram que compreendêssemos, no campo das contradições, onde esses documentos normativos legais se colocam. Investigamos a essência desses discursos que aparecem, de efeito midiático, como mecanismos de proteção

à comunidade escolar, no interior da sociedade capitalista brasileira. Contudo, essas medidas obscurecem os riscos de uma contaminação ampla com fortes impactos na saúde e vida dos estudantes e dos professores. Para Saviani (2008, p. 25-26), enquanto as desigualdades educacionais forem assumidas com naturalização na pandemia pela burguesia e aparelhos de Estado, devemos, como professores, assumir:

[...] vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade [exclusão] por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.

Cabe aos professores e defensores da escola pública não assumirem na prática do trabalho docente as atividades remotas, a excepcionalidade, o emergencial como uma ação a ser reconhecida como uma solução indiscutível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi proceder a análise sobre as contradições existentes na proposta do “ensino remoto”, presentes nas políticas de cunho neoliberalis adotadas pelos gestores públicos em âmbito federal, no ano de 2020-2021, por ocasião da pandemia Covid-19.

Buscamos demonstrar as ações decorrentes dos momentos pandêmicos e suas implicações sociais e políticas, cujo discurso foi alegar a garantia de acesso à educação das classes populares, o que é discutível. Contudo, percebemos que apesar do dito acesso à qualidade de ensino, isso não se concretizou mediante as dificuldades de interação com os conteúdos escolares, as precárias redes de internet e escassez dos equipamentos tecnológicos utilizados. O “ensino remoto” trouxe dificuldades tanto aos professores, quanto à escola pública.

No entanto, é compreensível que a emergência ocasionada pela situação imposta pela pandemia surpreendesse a todos, não permitindo ações que contemplassem as realidades escolares. Com isso, cabe a reflexão sobre o fato de que nosso país e o mundo passaram por uma situação semelhante há 102 anos, o que deveria ter gerado maior preocupação com a saúde pública.

Esperamos que as constatações seguidas das reflexões, neste estudo, especialmente a realidade apresentada ao discutirmos o chão da escola, despertem para o reconhecimento da necessidade de investimentos em ciência e instituições de pesquisa, principalmente na ciência tangível, emergente da realidade. Além disso, que suscitem discussões a respeito da formação docente, inicial e continuada, e da qualidade educacional da escola pública, cuja

maioria de seus integrantes são os filhos da classe trabalhadora. Que esses aprendizados não sejam apagados da memória coletiva, fenômeno ocorrido após a pandemia da Gripe Espanhola.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. S. **Banalização da morte na cidade calada**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

AZEVEDO, J. M. Lins de. A educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 56).

BERTOLLI FILHO, C. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918**: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BEVERIDGE, W. I. B. **Influenza**: the last great plague. London: Heinemann. 1977.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas estatísticas**. Censo escolar 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GRhNDe>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, n. 53, 18.03.2020, Seção 1, p. 39. Brasília, DF, 2020.

CAIC. Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Fichas de Conselho de Avaliação**. Ponta Grossa, PR, 1º semestre. 2020a.

CAIC. Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Livro Ata**. 2020b. p. 100.

CAIC. Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Projeto de validação**. 2020c. p. 80.

CAIC. Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Projeto Político Pedagógico**. Ponta Grossa, PR, 2015a. p. 63.

CAIC. Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Escola Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha. Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Regimento Interno**. Ponta Grossa, PR, 2015b. p. 101.

CALIL, G. O governo brasileiro é mesmo o pior do mundo no combate à pandemia? In: **Esquerda Online**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2YB9XMs>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, L. M. C. da. **Avaliação do sistema de vigilância epidemiológica da influenza no Brasil, 2010-2013**. 233 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ZZkRMP>. Acesso em: 10 jan. 2021.

EVANGELISTA, O.; FLORES, R. L. B. Quando dói mais o bolso do que a alma, ou a “educação” do capital. **Universidade à Esquerda**, Jornal Socialista e Independente. Disponível em: <https://bit.ly/3k8tnjI>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FALEIROS, V. P. Infância e Adolescência: trabalhar, educar, assistir, proteger. **Revista Agora**, ano I, n.1, p. 1-9, out. 2004.

FARIAS, E. A. de. **Jornalismo à espanhola**: um olhar sobre o noticiário recifense da epidemia de gripe de 1918. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3q6YBLH>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Observatório COVID 19. **Impactos sociais economicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em: <https://bit.ly/3lr92ao>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FONTES, V. **O capital-imperialismo**: algumas características. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ArQQkY>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FRADA, J. J. C. **A Gripe Pneumónica em Portugal Continental -1918**. Lisboa: Sete Caminhos, 2005.

GALVÃO, A. C.; SAVIANI, D. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade & Sociedade**, ano XXXI, n. 67. p. 36-49. Disponível em: <https://bit.ly/3ArM2Mw>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. 1914-1991. Tradução de Marcos Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOLATA, G. **Gripe**: a história de pandemia de 1918. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHESI, Á. Mudanças sociais e mudanças educacionais na América Latina. In: **Educação na América Latina e no Caribe**: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO: OREALC, 2002. p. 97-112.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MONCORVO FILHO, A. **A cura pelo sol**. Buenos Aires: Las Ciencias, 1924.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação no. 05/20**. Normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no ano letivo de 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3oQAEro>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PARANÁ. **Decreto nº 4230 /2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3mJIMrg>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria da educação e do esporte. **Resolução n.º 5.003/2020 – enunciado da resolução**. 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/3lq86mo>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **Decreto no. 17.077/2020**. Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas a aglomeração de pessoas no Município de Ponta Grossa e da outras providências. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3DrxsXj>. Acesso em: 20 mar. 2021.

POTTER, C. W. A history of influenza. **Journal of applied Microbiology**, v. 91, n. 4, p. 572-579, oct. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3GNez3A>. Acesso em: 01 abr. 2021.

REDE COVIDA. Ciência, informação e solidariedade. **Painel Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3AsS0Nk>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ROSENBERG, C. E. **Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine**. New York: Cambridge University Press, 1992.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: aproximações**. 11. ed. ver. Campinas: SP: Autores associados, 2011.

TELAROLLI JUNIOR, R. **Epidemias no Brasil: uma abordagem biológica e social**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

UNDIME/CONSED (Org). **Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus: Perspectivas em Diálogo**. 2020.

URT, S. da C. *et al.* Adoecimento docente e as relações de trabalho do professor: uma articulação com as problemáticas mais amplas da sociedade. *In: FACCI, M. G. D.; URT, S. C.(org.). Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020. p. 255-284.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: ergracino@hotmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pedagoga da Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: rosianesilva@uepb.br

*** Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: darcvaz.13@gmail.com

**** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: Sandra_rfl@yahoo.com.br

COMO CITAR ABNT:

GRACINO, E. R. *et al.* A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-21, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8665300. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665300>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Notas

¹ Não há consenso a respeito da origem da Gripe Espanhola. Há autores que apontam a China, contudo os primeiros casos divulgados foram nos Estados Unidos, o que indica uma origem estadunidense. Sua disseminação ocorreu entre soldados da Força Expedicionária Americana, nos campos de treinamento. Seu deslocamento para a França, para a Primeira Guerra Mundial, espalhou a Gripe pela Europa por meio das tropas. (COSTA, 2015; POTTER, 2001).

² Moncorvo Filho (1924, p. 49), ao mencionar os que ingressavam às salas de seu Instituto, relata que “[...] Havia gente de todas as classes sociais e indivíduos brancos e de cor, velhos, moços e crianças, carregados uns pelos outros, alguns que entravam a cambalear, esqualidos, ardendo em febre, outros a vomitar e finalmente alguns encontrados já a expiar na via pública.”

³ Relatório enviado pelas escolas, exigido pelos órgãos competentes a fim de “validar”, ou seja, aprovar as ações desenvolvidas pela escola no ensino remoto.

⁴ O Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico de 2015 têm validade por 05 anos, a renovação estava prevista para 2020. Devido à pandemia, foi prorrogada para dezembro de 2021.

⁵ A estrutura organizacional proposta para o CAIC Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha é formada pela Direção Geral, por duas divisões: Divisão Administrativa e Divisão Pedagógica e de Pesquisa; pelas Escolas: Escola Estadual Professora Halia Terezinha Gruba e Escola Reitor Alvaro Augusto

Cunha Rocha; pelas Seções de Apoio: Seção de Alimentação e Nutrição, Seção de Cultura, Seção de Esportes e Lazer, Seção de Saúde, Seção de Serviço Social e pelas Seções de Serviços: Seção de Limpeza e Manutenção, Seção de Recursos Humanos e Tesouraria e Seção de Secretaria Geral. (CAIC, 2015a, p. 09).

⁶ No início da década de 90, um grupo de professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa elaborou um projeto para a criação de um Centro Educacional. Esse projeto conquistou, na época, junto ao Projeto Minha Gente, do Governo Federal, a implantação de uma unidade física modelo CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, no Campus Universitário de Uvaranas. Em 1993, iniciaram-se as atividades do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha, como órgão suplementar da Universidade Estadual de Ponta Grossa. (CAIC, 2015b, p. 06).

⁷ Para maiores informações sobre o Lowy Institute acesse a página: <https://bit.ly/3oK4ZI3>.

⁸ A “Rede CoVida – Ciência, Informação e Solidariedade” é um projeto de colaboração científica e multidisciplinar focado na pandemia de Covid-19. É uma ação conjunta entre o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que deu início às suas atividades em março de 2020, buscando compreender a maior crise de sanitária global dos últimos 100 anos. A Rede é denominada como “[...] uma resposta de pesquisadores e profissionais de comunicação que visam enfrentar a pandemia de Covid-19, apoiando a tomada de decisões dos gestores e oferecendo informações científicas confiáveis a partir do monitoramento de casos, da modelagem matemática e dos saberes reunidos por cientistas de diversos campos de saberes.” (REDE COVIDA, 2021)